

Renamo pede desculpas e decide voltar à reunião

A Renamo pediu desculpas ao Governo e em especial à ONU na pessoa do seu representante em Moçambique, Dr. Aldo Ajello, e a todos os participantes à reunião de consulta e debate do Anteprojecto da Lei Eleitoral, pelos transtornos causados na sequência da sua recusa em participar nas discussões sobre a matéria, alegando que o texto submetido ao fórum era de natureza «partidária e tendenciosa».

Durante o «briefing» de ontem em Maputo, Aldo Ajello revelou a jornalistas que na madrugada de ontem entrou em contacto telefónico directo com o Presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, visando encontrar mecanismos que pudessem desbloquear o impasse registado, em que a delegação do movimento não concordou com o documento e exigiu que ele fosse elaborado com envolvimento da ONU.

De acordo com Ajello, Afonso Dhlakama, que se encontrava em Maringuè, assegurou-lhe que iria instruir os representantes da Renamo nas discussões sobre o Anteprojecto da Lei Eleitoral para que participassem activa e plenamente nos trabalhos e que a organização aceitou já o texto governamental para debate.

— O Presidente Dhlakama apreciou o alto papel da ONU em Moçambique e enfatizou o seu

compromisso pela paz, reiterou o representante de Boutros Ghali.

Ajello tornou claro que Dhlakama assumiu o compromisso segundo o qual os membros da Renamo nos debates deveriam retomar os respectivos assentos nas discussões sobre o Anteprojecto da Lei Eleitoral.

Ainda ontem, numa conferência de Imprensa, o Ministro da Justiça Ossumane Aly Dauto, representante do Governo ao fórum, disse ter recebido uma informação do representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas em Moçambique, Dr. Aldo Ajello, e de Vicente Ululu, manifestando a prontidão da Renamo de voltar ao debate na próxima segunda-feira.

— **Estão criadas todas as condições para o reinício dos debates na próxima segunda-feira**—disse o governante moçambicano.

Aly Dauto acrescentou que, fora o impasse verificado, o encontro de quinta-

feira teve um bom início pois, nos debates, os partidos apontaram questões emanadas no Acordo Geral de Paz, com as quais não se identificavam, nomeadamente a composição da Comissão Nacional de Eleições, o contencioso eleitoral, a barreira eleitoral de cinco por cento e a separação de 30 dias entre as eleições legislativas e presidenciais.

Entretanto, numa comunicação do Secretário-Geral do movimento, Vicente Ululu, para todos os partidos políticos e comunidade internacional, a que o nosso jornal teve acesso, a Renamo afirma ter decidido definitivamente participar nos debates do Anteprojecto da Lei Eleitoral, a partir de segunda-feira, após a sua delegação em Maputo ter-se reunido para analisar e consequentemente ponderar sobre o proposto ao encontro.

Na sua comunicação, Vicente Zacarias Ululu acrescenta que, mesmo voltando ao debate, o seu movimento continuará a exigir que o texto do anteprojecto não seja de natureza partidária nem tendenciosa para o bem de todos os partidos e do povo moçambicano que tanto sofreu os efeitos da guerra e dos maltratos psicológicos impostos pelo regime vigente.

Notícias

31.7.93